



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços especializados nas áreas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos, dos sistemas e das instalações prediais elétricas de baixa e média/alta tensão (incluindo as subestações); dos grupos motogeradores, de refrigeração, hidrossanitárias, redes de cabeamento estruturado (incluindo fibra óptica), de águas pluviais, de prevenção, detecção e combate a incêndio, de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e aterramento, serviços de manutenção de obras civis, vidraçaria, chaveiro, serralheria, soldagem, esquadrias, gesso, marcenaria (incluindo forros e divisórias), pintura, alvenaria, impermeabilização e afins nos prédios, equipamentos e instalações da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, situados no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2, Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços especializados nas áreas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos, dos sistemas e das instalações prediais elétricas de baixa e média tensão (incluindo as subestações), dos grupos motogeradores, de refrigeração, hidrossanitárias, redes de cabeamento estruturado (incluindo fibra óptica), de águas pluviais, de prevenção, detecção e combate a incêndio, de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e aterramento, serviços de manutenção de obras civis, vidraçaria, chaveiro, serralheria, soldagem, esquadrias, gesso, marcenaria (incluindo forros, divisórias, criação e readequação de ambientes), pintura, alvenaria, impermeabilização e afins nos prédios, equipamentos e instalações da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, situados no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2, Brasília-DF.	1627	ANO	01	4.895.931,00

1.1.1. Compõem o contrato, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos, inclusive os de proteção, os insumos e os materiais necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus documentos anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, para os materiais a serem fornecidos, e Empreitada por Preço Global, para os postos de serviço.

1.3.1. Houve a adoção do regime de execução de empreitada por preço global em relação à execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, já que adotada a unidade de medida de postos de trabalho, combinada com a adoção do regime de empreitada por preço unitário em relação ao fornecimento dos materiais e peças de reposição, os quais serão medidos e pagos conforme efetivamente utilizados.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

1.5. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 4.895.931,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e um reais).

1.6. Os itens, quantidades, descrições e locações encontram-se discriminados nos anexos deste Termo de Referência, notadamente no seu Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

1.7. Consultando o Catálogo de materiais/serviços (CATSER/CATMAT), o serviços que mais se aproxima é o de código 1627.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O contrato terá duração inicial de 1 (um) ano, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

5.1.2. O serviço enquadra-se como continuado, nos termos do art. 15, da IN 05/2017, já que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

5.1.3. A inobservância das especificações técnicas deste Termo de Referência e seus anexos implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a Contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

5.1.4. As normas de segurança constantes deste Termo de Referência e de seus anexos não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.

5.1.5. Se a Contratada necessitar deslocar à Contratante qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas e/ou pontes, deverá comunicar o fato à Contratante, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a Contratada responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas.

5.1.6. Os equipamentos que a Contratada levar para o local da execução do serviço, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da Contratante.

5.1.7. A Contratada, para execução dos objetos deste Termo de Referência, deverá atender ao disposto nos artigos 4º e 6º da Instrução Normativa SLTI do MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

5.1.8. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

5.1.8.1. Às normas e especificações constantes deste termo de referência e seus anexos;

5.1.8.2. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;

5.1.8.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

- 5.1.8.4.

Às disposições legais federais e distritais pertinentes;
- 5.1.8.5.

Regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- 5.1.8.6.

Às normas técnicas específicas;
- 5.1.8.7.

Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 5.1.8.8.

À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- 5.1.8.9.

Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

a)

NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

b)

NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

c)

NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

d)

NR-23: Proteção Contra Incêndios;

e)

Outras normas correlatas.

5.1.8.10.

À Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);

5.1.8.11.

Às práticas SEAP – Projetos, construção e manutenção;

5.2.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3.

As obrigações da Contratada e da Contratante estão disciplinadas em seção específica deste Termo de Referência.

5.4.

A Contratada deverá adotar ações de boas práticas de sustentabilidade ambiental, na prestação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como na execução dos serviços eventuais por demanda, orientando e capacitando seus funcionários, para o correto desempenho nas atividades diárias, das boas práticas de sustentabilidade ambiental, tais como as abaixo exemplificadas:

5.4.1.

Promover a redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus funcionários nas atividades diárias;

5.4.2.

Fazer a destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

5.4.3.

Instruir os funcionários quanto ao descarte correto de materiais ou elementos poluentes ou potencialmente poluidores, como lâmpadas fluorescentes, baterias, óleos lubrificantes, solventes etc.;

5.4.4.

Comprometer-se a não utilizar equipamentos, aparelhos ou ferramentas, potencialmente geradores de elementos poluentes;

5.4.5.

Orientar seus funcionários quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por esta Agência;

5.4.6.

Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.4.7.

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.4.8.

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.4.9.

Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.5.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:
- | CÓDIGO CBO | CATEGORIA PROFISSIONAL | NÚMERO DE POSTOS |
|------------|---|-----------------------|
| 7102-05 | ENCARREGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL (ENCARREGADO GERAL) | 01 |
| 9501-05 | ENCARREGADO ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES (ENCARREGADO DA TURMA DE ELÉTRICA) | 01 |
| 9511-05 | ELETRICISTA (ELETRICISTA) | 06 |
| 7241-10 | BOMBEIRO HIDRÁULICO (BOMBEIRO HIDRÁULICO) | 02 |
| 7711-05 | MARCENEIRO (MARCENEIRO) | 02 |
| 7163-05 | CHAVEIRO/VIDRACEIRO (VIDRACEIRO) | 01 |
| 7244-40 | SERRALHEIRO (SERRALHEIRO) | 02 |
| 7152-10 | PEDREIRO (PEDREIRO) | 03 |
| 7166-10 | PINTOR (PINTOR) | 04 |
| 7170-20 | AJUDANTE DE OBRAS (AJUDANTE GERAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS) | 11 |
| 7321-30 | INSTALADOR-REPARADOR DE REDES (TÉCNICO DE REDES) | 01 |
| 7257-05 | TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO (TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO) | 03 |
| 3141-10 | TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA E ELETROMECÂNICA (TÉCNICO EM GRUPO MOTOGERADOR) | 01 (72 HORAS MENSAIS) |
| 3185-10 | PROJETISTA DE CONSTRUÇÃO CIVIL (PROJETISTA) | 01 |
| 2142-05 | PROJETISTA DE NÍVEL SUPERIOR (ENGENHEIRO OU ARQUITETO PROJETISTA) | 02 |
| 2141-05 | ARQUITETO (ARQUITETO) | 01 |
| 2143-15 | ENGENHEIRO ELETRICISTA (ENGENHEIRO ELETRICISTA) | 01 |
| 2142-05 | ENGENHEIRO CIVIL (ENGENHEIRO CIVIL) | 01 |
| 2144-05 | ENGENHEIRO MECÂNICO (ENGENHEIRO MECÂNICO) | 01 |
| | TOTAL | 45 |
- 5.5.1.

As atribuições e requisitos mínimos exigidos dos profissionais a serem alocados nos serviços estão apresentados no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

6.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto, nas obrigações da Contratada e neste Termo de Referência.

7.

VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (61) 3445-8565, (61) 3445-9643 ou (61) 3445-9642.

7.2.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3.

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4.

Realizada a vistoria, a ABIN emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, atestando que a licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas, relacionadas ao objeto desta licitação.

7.5.

Caso a interessada opte por não realizar a vistoria nos locais, firmará declaração, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço a ser contratado.

7.6.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.7.

A apresentação do atestado de vistoria ou da declaração de não vistoria pelo licitante, conforme modelos disponibilizados nos anexos deste Termo de Referência, será obrigatória na fase de habilitação do certame.

2 of 20

29/08/2022 18:34

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica exposta nos itens e subitens a seguir.
- 8.2. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem de Serviço, anexa a este Termo de Referência, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.
- 8.2.1. Os trabalhos iniciarão, no mínimo, em 24 horas após a emissão da Ordem de Serviço e, de qualquer forma, após 01/09/2022.
- 8.2.2. A ordem de serviço apenas será emitida após a entrega, à Contratante, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de todos os profissionais e disciplinas técnicas abrangidas pelo Contrato, conforme item 1.1 deste Termo de Referência.
- 8.2.3. Previamente à emissão da Ordem de Serviço, será realizada reunião da Contratante com a Contratada, devendo estar presentes, obrigatoriamente, o preposto e os engenheiros responsáveis técnicos pela execução dos serviços.
- 8.2.4. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem Serviço.
- 8.2.5. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Início dos Serviços não será emitida pela Contratante até sua regularização.
- 8.2.6. A presente contratação tem como escopo o fornecimento de postos de serviço, com dedicação exclusiva de mão de obra, e de materiais, a serem aplicados nos serviços.
- 8.2.7. O custo global foi estimado com base na quantidade de postos de serviços de cada categoria profissional necessária ao desempenho das atividades e na estimativa de materiais de aplicação a serem fornecidos para execução dos serviços.
- 8.2.8. O licitante vencedor deverá manter preposto aceito pela Administração da Contratante, em Brasília-DF durante todo o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 8.2.8.1. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração da Contratante, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em Brasília-DF, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 8.2.8.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer os questionamentos da fiscalização, notadamente as questões relacionadas ao fechamento de faturas, para a liquidação mensal dos serviços prestados.
- 8.2.8.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 8.2.8.4. O preposto deverá manter contato com o fiscal do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal e de fornecimento de material, quanto da manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato.
- 8.2.9. A jornada de trabalho dos profissionais dos postos de serviços contratados totalizará **44 (quarenta e quatro) horas semanais**, da forma abaixo estabelecida:
- 8.2.9.1. De segunda-feira à quinta-feira, o expediente será das **7:30 às 12:00 e das 13:10 às 17:30**.
- 8.2.9.2. Às sextas-feiras, o expediente será das **07:30 às 12:00 e 13:10 às 17:20**. Todos os funcionários alocados na prestação dos serviços deverão registrar seu ponto nos horários estabelecidos anteriormente.
- 8.2.9.3. Os engenheiros (civil, mecânico e eletricista), arquiteto, projetistas de nível superior e projetista de construção civil terão expediente das **08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00**, de segunda à sexta-feira.
- a) Os profissionais acima poderão, de acordo com as demandas da Contratante, ser solicitados a prestar assistência técnica em demandas relacionadas às Superintendências Estaduais do órgão ou relacionadas a imóveis de interesse da Contratante, tais como, mas sem se limitar a, a elaboração de layouts, de projetos executivos, de especificações, de orçamentos e de planos e rotinas de manutenção para tais locais. Em qualquer caso, tais demandas serão prestadas da Sede, sem necessidade de viagens ou diárias para as unidades Estaduais.
- 8.2.9.4. Com relação ao técnico em eletrotécnica e eletromecânica (técnico em grupo motogerador), a Contratada deverá disponibilizar o profissional durante, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas mensais, considerando 08 (oito) horas mensais para cada gerador. Para cumprir a carga horária prevista, o profissional deverá comparecer (i.e., deverá visitar as dependências da Contratante), no mínimo, 2 (dois) dias na semana. E ainda, deverá comparecer também em casos de urgência, para realizar manutenções corretivas emergenciais nos geradores, caso apresentem falha grave.
- 8.2.9.5. O técnico em eletrotécnica e eletromecânica também deverá estar presente sempre que algum dos geradores estiver em funcionamento, compensando-se a carga horária que exceder o mínimo exigido, mediante concordância da Contratante e seguindo o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável.
- 8.2.9.6. Mediante solicitação da Contratante, a Contratada deverá fornecer, entregar e abastecer os geradores com o combustível aplicável, sendo remunerada com a mesma metodologia prevista para os materiais de consumo: mediante a apresentação de orçamentos, a serem analisados e aprovados pela Contratante. O abastecimento deverá ocorrer em até 04 (quatro) horas após a solicitação da Contratante e terá fim após o completo desligamento dos grupos motogeradores e abastecimento até seu nível máximo. O serviço obedecerá o rito abaixo estabelecido:
- a) A Contratante executará o chamado para fornecimento do combustível através de e-mail para os abastecimentos em horário comercial ou não comercial, incluindo finais de semana e feriados.
- b) Ao receber o e-mail de chamado para fornecimento e entrega do combustível, a Contratada deverá responder via e-mail, acusando o recebimento do chamado, confirmando o horário estimado para entrega, seguindo o prazo máximo estabelecido no parágrafo acima, que começará a contar a partir do momento de envio do e-mail solicitado o abastecimento.
- c) A Contratada ficará encarregada de fazer a transferência do combustível para dentro do reservatório indicado por servidor designado pela Contratante.
- d) A Contratada deverá adotar todas as medidas de segurança normativas da atividade quando do transporte, manuseio e entrega do produto.
- e) Os funcionários da Contratada deverão se apresentar, para a realização do serviço de abastecimento, uniformizados e portando crachá com foto, além do documento de identificação com foto.
- f) Somente será liquidado o quantitativo de combustível efetivamente entregue e utilizado nos grupos motogeradores da Contratante.
- 8.2.9.7. Conforme o caso, para melhor atender às necessidades de serviços e compatibilizá-las com o desempenho regular das atividades do órgão, a Contratante poderá, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência, devidamente motivados, alterar os horários inicialmente previstos para o desenvolvimento das atividades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista.
- 8.2.9.8. Conforme o caso, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência, devidamente motivados, a Contratante poderá solicitar a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, mediante compensação da carga horária, inclusive finais de semana, desde que seja comunicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam adotadas as devidas providências, devendo a licitante vencedora contratada estar preparada para atendimento em situações consideradas emergenciais e provisórias.
- 8.2.9.9. Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente, a Contratada deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Contratante. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Contratante, sendo a Contratada responsável pela gestão destas horas.
- 8.2.9.10. Será de inteira responsabilidade da contratada assegurar prestação dos serviços durante os horários definidos pela Contratante.
- 8.2.9.11. Caso o horário de expediente seja alterado por determinação legal, os horários serão devidamente modificados.
- 8.2.9.12. **Não será admitida a prática nem o pagamento de horas extras.**
- 8.2.9.13. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da Contratada, mediante registro de ponto eletrônico a ser instalado em local indicado pela Contratante, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus profissionais nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.
- 8.2.9.14. A Contratada deverá, diariamente, preferencialmente na forma eletrônica, entregar ao fiscal do contrato a folha de ponto contendo o horário de abertura do ponto de todos os funcionários alocados na prestação dos serviços em, no máximo, 2 (duas) horas após o início da jornada de trabalho. Adicionalmente, deverá ser entregue a folha de ponto completa do dia anterior, com todos os registros de abertura e fechamento do ponto.
- 8.2.9.15. Toda ausência, por quaisquer motivos (com exceção de férias), de seus empregados alocados, deve ser suprida por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. Para tanto, sugere-se que a empresa possua em seus quadros pessoal de reserva para que eventuais substituições sejam feitas de imediato. A ausência de profissional superior a 2 (duas) horas será obrigatoriamente registrado no Instrumento de Medição de Resultado - IMR - e poderá resultar no redimensionamento do valor a ser pago à Contratada.
- 8.3. A rotina de execução dos trabalhos, bem como os requisitos que cada profissional deverá possuir para ocupar o posto de serviço, constarão do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

- 8.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos (inclusive os de proteção), ferramentas e utensílios necessários, promovendo a sua substituição quando necessário.
- 8.4.1. A discriminação e quantitativo mínimo de ferramentas a serem disponibilizados pela Contratada estão na aba "Ferramentas" da Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços em anexo.
- 8.4.2. As ferramentas deverão ser substituídas sempre que fizer necessário, conforme avaliação da Contratante, da área técnica da Coordenação de Engenharia e Obras ou dos ocupantes dos postos de serviços. Adicionalmente, deverão ser fornecidas outras ferramentas que se fizerem necessárias para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela Contratante, sem ônus adicional ao Contrato.
- 8.4.3. A Contratante pode solicitar à Contratada que adquira outras ferramentas ou equipamentos que porventura sejam necessárias para uma realização adequada dos serviços do Contrato. A Contratada deve prover a compra destas ferramentas adicionais em até 3 (três) dias úteis. Caso seja uma ferramenta muito específica ou de pouca utilização a Contratada, se preferir, pode efetuar sua locação, sem ônus à Contratante.
- 8.4.4. Além das ferramentas, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a Contratante, aparelho de telefonia celular habilitado para ligações externas para celulares e fixos (para uso do encarregado-geral e engenheiros), computadores com programas e dispositivos de acesso à internet para o encarregado geral, projetistas, arquitetos e engenheiros, conforme necessidade e impressora compatível com A3 e A4.
- 8.4.5. Os programas que deverão estar instalados e devidamente licenciados nos computadores da equipe de encarregado geral, projetistas (nível superior e médio), engenheiro mecânico, engenheiro civil, engenheiro eletricitista e arquiteto são, no mínimo:
- a) Pacote Office, LibreOffice ou similar;
- b) Autodesk AutoCAD 2023 ou superior e
- c) Autodesk Revit 2023 ou superior para elaboração de projetos arquitetônicos, elétricos, climatização, de rede lógica e hidrossanitários.
- 8.5. A equipe técnica será composta por mão de obra fixa que realizará serviços de manutenção predial continuados e urgentes em equipamentos e sistemas, e manutenção predial programada, preditiva e preventiva.
- 8.5.1. Os postos de serviços serão ocupados por trabalhadores profissionalmente especializados, cuja função é executar os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preditivos, preventivos, corretivos e/ou emergenciais.
- 8.5.2. Para as formações dos postos de serviços, a Contratada deverá submeter os currículos dos funcionários à Contratante que avaliará a adequação dos profissionais aos serviços necessários.
- 8.5.2.1. A Contratada deverá atender todos os requisitos de qualificação exigidos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.
- 8.5.2.2. Além dos requisitos de qualificação elencados no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, a Contratada deverá entregar, em no máximo 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, certificado de conclusão dos seguintes cursos, dentro do prazo de validade estabelecido nas Normas Regulamentadoras, e para os seguintes profissionais:
- a) Engenheiro Civil, Encarregado Geral, Bombeiro Hidráulico, Pedreiro, Pintor e Ajudante/Servente: **Curso de NR 33 e NR 35;**
- b) Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Encarregado de Turma de Elétrica, Eletricista, Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica: **Curso de NR 10** (incluindo as capacitações específicas para serviços de média e alta tensão e em Sistema Elétrico de Potência conforme item 10.7 da NR 10).
- 8.5.3. Em razão das características e necessidades específicas e essenciais dos serviços de manutenção, a serem executados nas edificações da Contratante, a equipe deverá possuir, mesmo em casos de afastamentos legais (com exceção de férias), o quantitativo efetivamente contratado.
- 8.5.4. Os serviços de manutenção corretiva e/ou emergenciais serão realizados conforme necessidades demandadas. Os serviços de manutenção preventiva e preditiva serão cumpridos em conformidade com os Programas de Manutenção e Rotinas de Verificação apresentado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, listados de forma exemplificativa (i.e., não exaustiva), podendo a Contratada propor alterações, de forma que haja acréscimo de eficiência dos serviços prestados e de durabilidade dos bens da Contratante.
- 8.6. A Contratada, em até 30 dias após a assinatura do Contrato, deverá apresentar Plano de Manutenção preventiva e preditiva, contemplando todas as rotinas de manutenção dispostas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, contemplando todas as áreas de engenharia abrangidas no Contrato.
- 8.6.1. O Plano de Manutenção deverá ser elaborado de forma que, em 1 (um) ano e respeitando a periodicidade mínima disposta no documento todas as edificações e instalações físicas da Contratante passem por serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 8.7. Para fins de manutenção corretiva, preventiva e preditiva, a empresa se obriga a manter todos os postos de serviço especificados, devidamente dotados dos equipamentos e ferramentas necessários, com mão de obra especializada disponível, para o adequado e pronto atendimento das demandas, reestabelecendo o regular funcionamento dos equipamentos ou sistemas.
- 8.8. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, por conta da empresa Contratada.
- 8.9. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis a cada tipo de serviço, considerando, como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos, as especificações da ABNT, no que couber.
- 8.10. Dentro das rotinas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, surgem necessidades de readequações de espaço, com a movimentação e instalação de novas divisórias, forros, pisos, instalações elétricas, de rede e similares. Nestes casos, serão elaborados os projetos necessários pela equipe de projetistas alocados no Contrato e os serviços serão executados com a equipe de manutenção predial, mediante compatibilização com as demais atividades que estiverem sendo desenvolvidas no momento.
- 8.11. A rotina de manutenção corretiva, demanda por usuários, será a seguinte:
- 8.11.1. O usuário (servidor da Contratante) abre uma "Solicitação de Serviço" via INTRANET a ser encaminhado à Coordenação de Engenharia e Obras – COENG.
- 8.11.2. Diariamente, o fiscal do contrato ao encaminhar ao Coordenador de Engenharia e Obras que após análise e priorização dos serviços, emitirá "Ordem de Serviço" (OS), conforme modelo constante da intranet da Contratante, ao Encarregado geral que se incumbirá da distribuição das tarefas e ações às respectivas oficinas.
- 8.11.3. A Contratante emitirá uma Requisição de Compra de Materiais, com base na lista de materiais constantes na Tabela de Preços de Insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da mesma referência constante da Planilha de Custos e Formação de Preços, para providências de aquisição por parte da Contratada. Os materiais necessários e solicitados na Requisição que não estiverem contemplados no referido anexo serão adquiridos por meio de pesquisa de preços no mercado (mínimo de quatro preços) após a aprovação do gestor na análise de menor preço. A aprovação do orçamento pela Administração deverá ser realizada com base na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73/2020, no que couber.
- 8.11.4. Ao final da execução da OS, o usuário deverá atestar sua conclusão (informando a data e o horário do término dos serviços) e avaliar a qualidade dos serviços realizados (com foco na presteza, habilidade e limpeza dos trabalhos);
- 8.11.5. A OS com os dados preenchidos e avaliados pelo usuário retornará à COENG para a avaliação e registro no banco de dados.
- 8.12. Todo o entulho e resíduos gerados devem ser acondicionados em caçambas, aguardando momento oportuno de transporte externo e destinação adequada, conforme legislação local e federal, sem custos adicionais à Contratante.
- 8.12.1. A Contratada deverá entregar uma via do Certificado de Transporte de Resíduos (CTR) à Contratante, comprovando a destinação adequada dos resíduos.
- 8.12.2. Os resíduos sujeitos à logística reversa deverão ser removidos de acordo com a legislação aplicável.
- 8.12.3. As embalagens, restos de materiais, sobras de materiais de aplicação e entulhos, resultantes das atividades de manutenção, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.
- 8.12.4. A Contratada deverá providenciar a retirada, transporte e destinação destes materiais, quer por meio de container/caçamba estacionária, quer por meio de caminhão basculante, mantendo os locais de serviço em bom nível de organização e limpeza, devendo tais custos estarem incluídos em sua proposta ou no BDI.
- 8.13. Os serviços que atraiam as atividades normais da Contratante, tais como remoção/demolição, devido à intensidade dos ruídos, pintura, que causem desconforto aos servidores, ou ainda aqueles que cause a interdição dos locais de trabalho poderão, conforme critérios de oportunidade e de conveniência da Contratante, ser realizados fora do horário de expediente.
- 8.14. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.
- 8.14.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.15. As normas de segurança e ambientais constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.
- 8.16. Os uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) a serem fornecidos semestralmente pela Contratada a seus empregados, exceto aos ocupantes dos postos de engenheiros, arquitetos e projetista, deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada nas dependências do órgão, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. A Contratada deverá fornecer lista à Contratante com assinatura dos funcionários comprovando que os uniformes foram entregues, com a respectiva quantidade e discriminação de cada peça, incluindo tamanho.

- 8.16.1. Os uniformes deverão apresentar a logomarca da Contratada, estampada em tamanho que permita fácil identificação.
- 8.16.2. Os uniformes devem ser compostos minimamente por:
- a) 2 (dois) pares de bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado, de acordo com a categoria profissional;
 - b) 4 (quatro) pares de meia para uso com as botas e compatíveis com elas;
 - c) 5 (cinco) camiseta unissex, malha 100% algodão, manga curta, com estampa da logomarca da empresa;
 - d) 4 (quatro) calças compridas tipo "jeans";
 - e) 1 (um) jaleco;
 - f) 1 (um) óculos de segurança incolor;
 - g) 1 (um) protetor auricular tipo plug;
 - h) 1 (uma) luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa;
 - i) 1 (um) capacete de proteção com ajuste e jugular.
- 8.16.3. Os uniformes adicionais para os postos de elétrica, técnico em eletrotécnica e eletromecânica e encarregado de elétrica devem ser compostos minimamente por:
- a) 1 (um) conjunto de calça e camisa para eletricista risco 2 NR10 com faixas refletivas, antichama e arco elétrico;
 - b) 1 (um) par de luvas de vaqueta com cobertura;
 - c) 1 (um) par de luvas de alta tensão 1000 V;
 - d) 1 (um) par de luva de couro de proteção para luva isolante;
 - e) 1 (um) par de luva isolante de borracha (luva de alta tensão) - Classe 2 - 17 kV
- 8.16.3.1. Especificamente com relação às luvas de alta tensão, à luva de couro e ao capacete de proteção, estes serão fornecidos, no mínimo, em quantidade de 1 (um) por ano.
- 8.16.4. A Contratada deverá substituir as peças do uniforme e dos EPI's que apresentarem defeito ou desgaste, independentemente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer ônus à Contratante ou aos empregados.
- 8.16.5. Os uniformes e EPI's anteriormente apresentados devem ser tratados como o mínimo a ser fornecido, devendo a Contratada fornecer todos os que forem necessários e solicitados pelas normas técnicas e legais vigentes, sem repasse do custo à Contratante nem aos empregados.
- 8.17. Os uniformes completos deverão ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 8.17.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem desajustados.
- 8.18. A Contratada deverá exigir de seus empregados o asseio diário de seus uniformes e a boa apresentação pessoal, enquanto permanecerem nas áreas da Contratante e entorno.
- 8.19. A Contratada também deverá fornecer, além do uniforme, EPI's a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- 8.20. Os equipamentos de proteção individual que deverão ser adicionalmente adquiridos pela licitante vencedora e repassados aos empregados de acordo com sua atividade e necessidade serão, no mínimo:
- 8.20.1. Proteção da cabeça
- a) Capacete de Proteção Tipo aba Frontal;
 - b) Capacete de Proteção Tipo aba Total;
 - c) Capacete de Proteção Tipo aba Frontal com Viseira.
- 8.20.2. Proteção dos olhos e face
- a) Óculos de segurança para proteção (lente incolor);
 - b) Máscara de solda;
 - c) Óculos de segurança para proteção (lente com tonalidade escura).
- 8.20.3. Proteção Auditiva
- a) Protetor auditivo tipo concha;
 - b) Protetor auditivo tipo inserção (plug).
- 8.20.4. Proteção Respiratória
- a) Respirador purificador de ar (descartável);
 - b) Respirador purificador de ar (com filtro).
- 8.20.5. Proteção dos Membros Superiores
- a) Luva isolante de borracha;
 - b) Luva de proteção em raspa e vaqueta;
 - c) Luva de proteção em vaqueta;
 - d) Luva de proteção tipo condutiva;
 - e) Luva de proteção em borracha nitrílica;
 - f) Luva de proteção em PVC (HEXANOL);
 - g) Manga de proteção isolante de borracha.
- 8.20.6. Proteção dos Membros Inferiores
- a) Calçado de proteção tipo botina de couro;
 - b) Calçado de proteção tipo bota de couro (cano médio);
 - c) Calçado de proteção tipo bota de couro (cano longo);
 - d) Calçado de proteção tipo bota de borracha (cano longo);
 - e) Calçado de proteção tipo condutivo;
 - f) Perneira de segurança.
- 8.20.7. Vestimentas de Segurança
- a) Blusão em tecido impermeável / Calça em tecido impermeável;
 - b) Vestimenta de proteção tipo condutiva.
- 8.20.8. Sinalização
- a) Colete de sinalização refletivo.
- 8.20.9. Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível
- a) Cinturão de segurança tipo paraquedista;
 - b) Talabarte de segurança tipo regulável / Talabarte de segurança tipo Y com absorvedor de energia;
 - c) Dispositivo trava-quedas.
- 8.21. A lista acima não é exaustiva, devendo a empresa observar o estabelecido nas Normas Técnicas e de Segurança do Trabalho.
- 8.22. A Contratada deverá encaminhar à Fiscalização do Contrato cópia dos recibos de entrega dos uniformes e EPI's até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao seu fornecimento, sendo

f) Lista com sugestões de melhorias e ou readequações, de acordo com as rotinas de manutenção preditiva realizadas;

g) Planilha discriminando todos os materiais utilizados no dia.

9.9. A Contratada deve manter as instalações prediais da Contratante, internas e externas abrangidas por este Termo de Referência e pelo Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, de forma a garantir suas funcionalidades, com o propósito de assegurar um funcionamento perfeito e duradouro, o que influencia diretamente no desempenho e na produtividade das atividades públicas.

9.10. Para o desconto relativo a eventuais faltas de funcionários, sem substituição, será descontado o valor correspondente ao tempo cujo respectivo serviço não foi fornecido.

9.10.1. Eventuais frações de dia ou de hora serão considerados no cálculo.

9.10.2. As frações que ultrapassarem a tolerância estabelecida neste Termo de Referência serão consideradas em sua integralidade, não sendo devido o abatimento da tolerância da não prestação de serviço ocorrida.

9.10.3. O valor do dia de serviço será entendido como aquele resultante do valor mensal previsto para o posto de serviço dividido pela quantidade de dias trabalhados considerada na proposta da Contratada.

10. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

10.1. A aba "Previsão de Materiais" da Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, em anexo, contém o estimativo de materiais que deverão ser fornecidos pela Contratada ao longo da execução contratual.

10.1.1. Todos os materiais deverão ser fornecidos pela Contratada e serão medidos e pagos pela Contratante nos quantitativos efetivamente utilizados mensalmente.

10.1.2. O estimativo de material apresentado não é vinculante, de forma que não constitui limites máximos de consumo e representa uma estimativa de consumo de insumos da base SINAPI e de pesquisa de mercado, de acordo com o histórico de consumo do órgão, entre novembro de 2018 e julho de 2022, sendo possível, de acordo com as demandas de manutenção, a aquisição de insumo que não constem na referida base, conforme regras deste Termo de Referência, tendo em vista que o SINAPI não possui todos os insumos disponíveis no mercado.

10.1.3. A cada entrega de material, deverão ser entregues recibos, em 2 (duas) vias, contendo a descrição e o quantitativo de cada item efetivamente entregue. O recibo deverá ser obrigatoriamente assinado por servidor da Contratante e pelo motorista ou funcionário da Contratada responsável pela entrega, devendo uma via ser disponibilizada à Contratante e a outra via ficando de posse da Contratada. Não será aceito o fornecimento de materiais por terceiros em cuja entrega não esteja presente algum representante da Contratada.

10.1.4. Para fins de medição, a Contratada deverá enviar os recibos assinados de todos os materiais fornecidos ao longo do mês em questão, além das notas fiscais dos itens provenientes de pesquisa de mercado e das tabelas contendo as propostas enviadas pelos fornecedores, para todos os itens, com a respectiva autorização de compra emitida pela Contratante.

10.2. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.

10.3. Todos os materiais fornecidos pela Contratada deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, devendo a Contratada responsabilizar-se por eventuais trocas durante o prazo de vigência da garantia.

10.4. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados nos serviços. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada e executados por laboratórios aprovados pela Contratante.

10.5. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados na Contratante, devendo ter devolução imediata.

10.6. Os materiais inflamáveis somente poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar, para estas áreas, os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

10.7. As cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas serão definidas ou confirmadas pela Contratante no momento oportuno.

10.8. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de materiais admitem o equivalente técnico, desde que devidamente comprovado o seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela Contratante.

10.8.1. A equivalência técnica indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

10.8.2. A equivalência técnica será avaliada pela Contratante, antes da efetiva aquisição do insumo, mediante apresentação de amostras do material proposto pela Contratada e/ou de laudos técnicos, emitidos por laboratórios conceituados, sem ônus adicional à Contratante, que demonstrem, de forma comparativa, a equivalência entre o produto inicialmente especificado e o produto alternativo proposto.

10.8.3. Serão consideradas marcas de padrão de referência, para efeito de equivalência técnica: TIGRE ou AMANCO (materiais hidráulicos, sanitários e conexões); DECA E CELITE (louças e acessórios sanitários); CORAL, SHERWIN WILLIAMS ou SUVINIL (tintas, vernizes, seladoras, massa à base de PVA e complemento acrílico); SIL e CORFIO (para cabos elétricos); PORTOBELLO, ELIANE, BIANCOGRES e ELIZABETH (para revestimentos cerâmicos); 3M e Tramontina (para itens variados).

10.8.4. No caso de não haver indicação de referências técnicas, deverão ser observadas os fabricantes e os modelos dos materiais existentes nas edificações do Contratante, de forma a se criar e a se manter um padrão de acabamento; ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), a substituição por similar ou superior em qualidade.

10.9. A quantidade de materiais e seu orçamento a ser utilizado pela Contratada na execução dos serviços encontram-se relacionados na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.

10.9.1. A quantidade de materiais é meramente estimativa, podendo haver variações no quantitativo a ser consumido.

10.10. Os materiais de limpeza e de consumo necessários aos serviços (álcool, detergentes, sabões, baldes, esponjas, flanelas, estopas, panos, palhas de aço, utensílios e produtos de limpeza, materiais de escritório, etc.) ferramentas, equipamentos, aparelhos, instrumentos de medição e testes e seus acessórios, equipamentos de proteção individual - EPI, uniformes etc., não serão pagos por medição de quantitativos consumidos, devendo seus respectivos custos estar considerados nas formações de custos dos profissionais ou no BDI, conforme o caso.

11. DAS COTAÇÕES E DAS ENTREGAS DE MATERIAIS

Cotação de Materiais

11.1. Os materiais inexistentes na base SINAPI, além dos materiais que não constem do SINAPI porém que constem da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverão ser alvo de pesquisa de preços pela Contratada, que deverá apresentar, no mínimo, **4 (quatro) cotações** no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados **da formalização do pedido (Requisição de Compra)**, sob pena de redução do nível de serviços e redimensionamento dos pagamentos devidos, com base nos parâmetros previstos em IMR, e eventuais sanções, previstas neste Termo de Referência.

11.1.1. No âmbito das atividades de desenvolvimento de projetos, os projetistas de nível superior, arquiteto e/ou projetista do Contrato poderão indicar materiais a serem cotados para compor o orçamento executivo das em elaboração.

11.1.2. É vedada a apresentação de cotações em sites utilizados como plataformas de venda, conhecidos como *marketplaces*, tais como mercado livre, shopee ou similares.

11.1.3. A Administração, mediante solicitação do fiscal do contrato, pode enviar pedido de cotação de materiais com vistas a compor orçamentos de planilhas de referências de outros serviços, não sendo necessário à Contratada fornecer esses materiais, mas apenas enviar as cotações obtidas.

Entregas de Materiais

11.2. Os materiais da base SINAPI, contemplados ou não na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços contratada, além dos materiais que não constem do SINAPI porém que constem da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverão ser entregues pela Contratada, nas dependências da Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados **da formalização do pedido (Requisição de Materiais)**, sob pena de redução do nível de serviços e redimensionamento dos pagamentos devidos, com base nos parâmetros previstos em IMR, e eventuais sanções, previstas neste Termo de Referência.

11.3. Os materiais inexistentes na base SINAPI e que não constem da Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser entregues pela Contratada, nas dependências da Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados **da formalização de aprovação da cotação (Autorização de Compra)**, sob pena de redução do nível de serviços e redimensionamento dos pagamentos devidos, com base nos parâmetros previstos em IMR, e eventuais sanções, previstas neste Termo de Referência.

11.4. Em casos excepcionais, não recorrentes, devidamente motivados e comprovados pela Contratada, antes do fim dos prazos acima descritos, a Contratante poderá autorizar a prorrogação dos prazos de fornecimento acima registrados, de acordo com o caso concreto.

11.4.1. Não serão aceitas alegações recorrentes e relacionadas ao não fornecimento tempestivo dos insumos pelos seus respectivos fornecedores.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma de desembolso mensal.
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir a Administração em sua integralidade.
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela Contratante, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.8. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 13.9. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.10. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPn. 5/2017:
- 13.10.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
- 13.10.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e
- 13.10.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;
- 13.10.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 13.10.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 13.11. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;
- 13.12. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional
- 13.13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.14. Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças (exceto em caso de férias), o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
- 13.14.1. A identificação do substituto deverá ser realizada mediante apresentação da Ficha de Registro do Empregado, nos termos da Portaria Mtb 41, de 28/03/2007, que demonstre estar o funcionário regularmente contratado pela Contratada, além da apresentação das qualificações exigidas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.
- 13.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

- 13.17. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 13.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.18.1. Não serão incluídas na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.20. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.20.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.21. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.22. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.24. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 13.25. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.26. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 13.27. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.27.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.27.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.27.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.28. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 13.29. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 13.30. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.31. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 13.31.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.31.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.31.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 13.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.33. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.34. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.35. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante
- 13.36. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.37. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.37.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.39. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.40. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.41. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.42. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.43. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 13.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.47. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.48. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.48.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.48.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do

contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.49. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.49.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.49.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.49.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.50. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.51. Responder, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento da solicitação, a todos os questionamentos formulados pela Contratante.

13.51.1. O prazo poderá, mediante justificativa apresentada pela Contratada antes de findo o prazo inicial, ser prorrogado pela Contratante.

13.52. Informar, conclusivamente, em até 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao fim da vigência do contrato, se possui interesse em sua prorrogação, sem prejuízo e independentemente de questionamento por parte da contratante.

13.53. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol e das lâmpadas fluorescentes de Led, Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 2º do Decreto nº 9.177/2017, e legislação correlata.

13.54. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010), inclusive sobre todas as peças técnicas desenvolvidas pelos projetistas e arquiteto durante o desenvolvimento de seus trabalhos e sobre o desempenho da função dos engenheiro civil, eletricitista, mecânico e arquiteto.

13.55. Elaborar o Diário de Ocorrências, incluindo diariamente, pelos Engenheiros ocupantes dos postos de serviços, as informações sobre o andamento do contrato, tais como, número de funcionários do dia, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Contratante e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

13.56. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da conclusão de cada serviço indicado no Diário de Ocorrências;

13.57. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.58. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

13.58.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

13.58.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

13.58.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

13.58.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.59. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.59.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.59.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.59.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

13.59.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

13.59.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

13.59.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.59.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.59.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.60. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.60.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.60.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.60.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços os custos correspondentes;

13.61. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.62. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela Contratante e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.1.4. São vedadas:

14.1.4.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

- a) manutenção de instalações elétricas prediais de baixa e/ou média tensão;
 - b) manutenção de instalações hidrossanitárias prediais;
 - c) manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado;
 - d) manutenção de instalação de sistema de detecção, prevenção, alarme e sinalização de incêndio;
 - e) manutenção de sistemas de ar-condicionado;
 - f) manutenção de sistemas de grupo motogeradores;
 - g) manutenção de edificações civis.
- 14.1.4.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
- 14.1.4.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.
- 14.1.5. Poderão ser subcontratados os serviços complementares às atividades principais - assim compreendidas aquelas cujas exigências de habilitação foram elencadas -, conforme rol exemplificativo abaixo:
- a) serviços de fusão de fibra óptica;
 - b) serviços de desentupimento e/ou limpeza de poços de visita, fossas, caixas de gordura e similares;
 - c) serviços corretivos específicos nos grupos geradores;
 - d) serviços específicos nas subestações;
 - e) serviços de recuperação de bombas de recalque ou similares.
- 14.1.5.1. Se na execução de alguma atividade de manutenção (preventiva, corretiva ou preditiva), dentro do escopo do contrato, a equipe da Contratada não conseguir realizá-la, a Contratada deverá executá-la por outros meios, inclusive utilizando-se de profissional, empresa ou equipamento especializado e/ou específico, na forma temporária num determinado projeto/serviço sem ônus adicional para Contratante, exceto no custeio dos materiais.
- 14.1.5.2. A única exceção à regra de pagamento pelo consumo de materiais é de serviços associados a capotaria, persianas, estofados e afins e os relacionados às instalações de média tensão nas dependências da Contratante (incluindo as subestações de energia elétrica), nos quais a Contratada será remunerada pelo serviço como um todo, mediante apresentação de 4 (quatro) orçamentos e aprovação pela Contratante.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando, em documento próprio, os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.1.1. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail ou de Ofícios.
- 16.3. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, das técnicas e dos equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. As atividades de gestão e de fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 16.6. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- 16.6.1. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- 16.6.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
- 16.6.3. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
- 16.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.8. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.9.1. Antes do início da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), registro no conselho profissional (conforme o caso). Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da Contratante de empregados não incluídos na relação;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela Contratada;
 - c) Ficha de registro de todos os empregados, conforme Portaria MTb 41, de 28/03/2007;
 - d) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;
 - e) Declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - f) Anotações e Registro de Responsabilidade Técnica das disciplinas envolvidas na prestação dos serviços.
- 16.9.1.1. Os profissionais indicados passarão por avaliação prévia da Contratante, podendo ter sua indicação recusada, devendo ser substituído por outro.
- 16.9.1.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 16.9.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.9.2. Até o 30º (trigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), como requisito prévio para liberação da fatura correspondente:
- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.9.3. Até o 30º (trigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos, como requisito prévio para liberação da fatura correspondente:

- a) Folha de pagamento com a discriminação dos salários e demais benefícios de todos os funcionários alocados na prestação dos serviços, inclusive de eventuais substitutos;
- b) Contracheques de todos funcionários alocados na prestação dos serviços e de eventuais substitutos;
- c) Recibo de Vale Alimentação e Vale Transporte de todos os funcionários alocados na prestação dos serviços e de eventuais substitutos;
- d) Comprovante de recolhimento de FGTS e INSS de todos os funcionários alocados na prestação do serviço e de eventuais substitutos;
- e) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP de todos os funcionários alocados na prestação dos serviços e de eventuais substitutos. A relação deverá ser, obrigatoriamente, do mês em questão;
- f) Comprovante de depósito bancário de salários e demais verbas trabalhistas;
- g) Comprovante de pagamento do vale alimentação e recibo assinado pelo funcionário;
- h) Comprovante de pagamento do vale transporte e recibo assinado pelo funcionário;
- i) Comprovante do pagamento do 13º salário aos empregados;
- j) Comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;
- k) Informações trabalhistas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados exigidos pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;
- l) Documentos relativos à DCTFWeb, se aplicável à Contratada, contendo a discriminação de todos os impostos e demais encargos incidentes sobre o objeto do Contrato;
- m) Comprovação do cumprimento das demais obrigações contidas na legislação e nas Convenções Coletivas, Acordos Coletivos ou Sentenças Normativas em Dissídio Coletivo de trabalho;
- n) Planilha discriminativa de todos os insumos constantes da estimativa de materiais da Planilha de Custos, com o respectivo preço com o desconto aplicado (se existente) e quantitativo efetivamente entregue no mês em questão;
- o) Planilha discriminativa de todos os insumos constantes da tabela SINAPI e que não constem da Planilha de Custos, com o respectivo preço com o desconto aplicado (se existente) e quantitativo efetivamente entregue no mês em questão;
- p) Planilha discriminativa de todos os insumos adquiridos via pesquisa de mercado, com as respectivas notas fiscais de aquisição, orçamentos, com o respectivo preço com o desconto aplicado (se existente) e quantitativo efetivamente entregue no mês em questão;
- q) Planilha discriminativa com o custo de cada posto de serviço, as respectivas ausências sem substituição e o valor final medido.

16.9.4. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comproverantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comproverantes de realização de exames médicos periódicos;
- f) Comproverantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.9.5. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da demissão de qualquer funcionário alocado diretamente na prestação dos serviços:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.9.6. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido pela fiscalização do contrato:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.10. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.10.1. O prazo acima não será contabilizado caso a fiscalização se manifeste e indique, de forma motivada, pendências a serem sanadas e informações complementares a serem prestadas pela Contratada.

16.11. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, a Contratante deverá oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, a Contratante deverá oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.16. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.16.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.18. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.18.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas e demais ocorrências;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CTT);

e) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

16.18.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária, nos termos fixados em legislação vigente, sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Serão efetivados eventuais descontos ou glosas, em função de ausências ou de prestação de serviço em qualidade ou quantidade insuficiente e/ou contrária às disposições deste Termo de Referência e de seus anexos;
- e) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitada da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.18.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- d) Deve ser entregue o Certificado de Transporte de Resíduos (CTR's) correspondente a todas as caçambas de entulhos retiradas da Contratante.

16.19. Cabe, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos. Adicionalmente, cabe a fiscalização do contrato verificar os demais benefícios previstos em CCT para os empregados vinculados.

16.19.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

16.20. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.20.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.21. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Contratante, quaisquer dos seguintes documentos abaixo:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;
- c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de Lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.22. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.22.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.23. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.23.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.24. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.25. A Contratada será a única responsável por todos os serviços realizados por ela no Complexo da Contratante, devendo responder por todos os danos deles provenientes, inclusive futuramente.

16.26. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.27. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.28. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.29. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.30. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.31. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.32. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.33. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.34. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.36. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.37. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.38. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. SIGILO

18.1. A Contratada deve:

- 18.1.1. Manter o sigilo relativo ao objeto, a sua execução e aos dados e informações postos à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma, sob as penas da lei;
 - 18.1.2. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto, aos dados e às informações postos à sua disposição;
 - 18.1.3. Apresentar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao início da realização dos serviços, relação nominal contendo o nº de RG e de CPF, para fins de concessão de credencial de segurança e assinatura do Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo, das pessoas que poderão ter acesso a informação classificada em qualquer grau de sigilo e material de acesso restrito;
 - 18.1.3.1. Mediante análise da segurança, o acesso de qualquer funcionário poderá não ser autorizado ou revogado, devendo a Contratada efetuar sua substituição sem ônus à Contratante.
 - 18.1.4. A critério da Contratada, apresentar certidões dos distribuidores cíveis e criminais emitidas pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, se for o caso, dos locais em que a pessoa residiu nos últimos 5 (cinco) anos, bem como da Justiça Federal e da Justiça Militar Federal e Estadual, e outros documentos que sejam necessários à elucidação de pendências e dúvidas surgidas nos processos de contratação e gestão;
 - 18.1.5. Receber, a critério da Contratante, inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;
 - 18.1.6. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação.
- 18.2. O contrato poderá ser alterado para a inclusão de cláusula de segurança não estipulada por ocasião de sua assinatura.
- 18.3. Todos os funcionários da Contratada, ao iniciarem os trabalhos na Contratante, deverão assinar Termo de Ciência de Sigilo.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 19.2. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 19.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe da Contratante após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 19.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 19.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 19.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 19.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, bem como dos documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
 - 19.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
 - 19.3.2. No prazo de até 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 19.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
 - 19.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 - 19.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 19.4. No prazo de até 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 19.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - 19.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 19.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 19.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 20.2.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 20.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.4.1. O prazo de validade;
 - 20.4.2. A data da emissão;
 - 20.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.4.4. O período de prestação dos serviços;
 - 20.4.5. O valor a pagar; e
 - 20.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 20.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 20.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 20.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 20.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 20.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 20.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 20.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 20.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 20.15. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.
- 20.15.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 20.15.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 20.15.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 20.16. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 20.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Taxa de compensação financeira = 6% a.a. = (6/100)/365 = 0,00016438

21. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

- 21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 21.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 21.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 21.3. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida Norma.
- 21.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Contratante em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 21.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
- 21.4.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 21.4.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 21.4.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- 21.4.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 21.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação poderá depender de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 21.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 21.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 21.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 21.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 21.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 21.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 21.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 21.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 21.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 21.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 21.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 21.11.2. A Contratada deverá apresentar memória de cálculo pormenorizada dos valores solicitados, contendo a identificação do (s) funcionário (s) abrangido (s) pelo pedido, período no qual

cada um trabalhou e cuja solicitação está relacionada, valores provisionados mês a mês que englobe a totalidade do período requerido, para análise da Contratante.

21.11.3. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.11.4. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.11.5. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

22.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, respeitado o princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

22.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

22.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

22.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

22.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (materiais, uniformes, equipamentos e ferramentas, ou seja, insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

22.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

22.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

22.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

22.8.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

22.8.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

22.8.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

22.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

22.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

22.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

22.12. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

22.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

22.14. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (materiais, uniformes, equipamentos e ferramentas), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC-M - Índice Nacional da Construção Civil, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V \times [(I - I_0)/I_0]$$

Sendo,

R = Valor do reajuste (a ser calculado);

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I₀ = índice inicial (INCC-M), relativo ao índice de custos ou de preços divulgado e válido na data fixada para a apresentação da proposta da licitação;

I = Índice (INCC-M) relativo ao mês de cálculo do reajustamento.

22.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

22.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos dos insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.

22.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

22.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

22.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

22.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

22.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

22.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

22.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

22.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017

23. GARANTIA DA EXECUÇÃO

23.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

23.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

23.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

23.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

23.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.10. Será considerada extinta a garantia:

23.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

23.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do AnexoVII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

23.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

23.12. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

23.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

23.13.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

23.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

24.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. Fraudar na execução do contrato;

24.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. Cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

24.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

24.2.2. **Multa de:**

24.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

24.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

24.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

24.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

24.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

24.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

24.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. As sanções previstas nos subitens 24.2.1, 24.2.3, 24.2.4 e 24.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Contratante, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	01
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	02
8	Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	02
9	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	03
10	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
11	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
12	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
13	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
14	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
15	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01
16	Deixar de entregar a ART/RTT, o Programa de Gerenciamento de Riscos e demais documentos pertinentes à execução do Contrato.	02

24.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

24.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (05) cinco dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

25.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

25.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

25.3.2. Comprovação da capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à prestação de serviços de manutenção predial, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, quais sejam:

a) **manutenção de instalações elétricas prediais de baixa e/ou média tensão em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) ou com capacidade mínima instalada de 800 kVA;**

b) **manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados);**

c) **manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados);**

d) **manutenção de instalação de sistema de detecção, prevenção, alarme e sinalização de incêndio em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados);**

e) **manutenção de sistemas de ar-condicionado em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) ou com capacidade mínima instalada de 350 TR;**

f) **manutenção de sistemas de grupo motogeradores em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) ou com capacidade mínima instalada de 150 kVA;**

g) **manutenção de edificações civis em edificação ou complexo de edificações com área construída igual ou superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados).**

25.3.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de área exigida, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

25.3.2.2. Será admitido somatório de diferentes atestados de serviços para a comprovação da execução anterior de todos os dois tipos de serviços exigidos, isto é, a apresentação de atestados diversos que comprovem, isoladamente, de um lado, a execução de prestação de serviços de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa e/ou média tensão e, de outro, a execução de serviços de manutenção de edificações civis. Ou seja, não é necessário que apenas um atestado contenha todos os serviços simultaneamente.

25.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

25.3.3. A licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra por meio da execução de contrato(s) relativos à gestão de, no mínimo, 22 (vinte e dois) postos de trabalho;

25.3.3.1. A comprovação exigida acima deverá se dar mediante atestados ou declarações de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos.

25.3.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

25.3.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

25.3.3.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

25.3.3.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação do número mínimo de postos exigido, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivalet, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

25.3.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

a) Para o engenheiro eletricista: **serviços de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa e/ou média tensão;**

b) Para o engenheiro civil ou arquiteto: **serviços de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais e de edificações civis;**

c) Para o engenheiro mecânico: **serviços de manutenção de sistemas de ar-condicionado;**

d) Para o arquiteto, engenheiro civil, eletricista, mecânico ou outro indicado pela Contratada: **serviços de instalação e/ou manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado, de manutenção de instalação de sistema de detecção, prevenção, alarme e sinalização de incêndio e de grupos motogeradores.**

25.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

25.3.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

25.3.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

25.3.7.1. Instalará escritório na cidade de Brasília-DF, ou em um raio máximo de até 100 km da Sede da ABIN, a ser comprovado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo a este Termo de Referência. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório, conforme modelo anexo deste Termo de Referência.

25.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia.

25.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

25.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

25.4. O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**.

25.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

25.6.1. **Valor Global:** será considerado como valor máximo da contratação o valor estimado na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços de R\$ 4.895.931,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e um reais);

25.6.2. **Valores unitários:** serão considerados como valores máximos da contratação os valores unitários de referência dos insumos (aba "PREVISÃO DE MATERIAIS") e os valores de referência dos postos, conforme Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços anexa a este Termo de Referência.

26. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 26.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 4.895.931,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e um reais), conforme detalhamento apresentado na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, anexa a este Termo de Referência.
- 26.2. Para a estimativa do custo dos postos de serviços, foram utilizadas as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho:
- 26.2.1. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 257/2022 firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (STICOMBE x SINDUSCON), registrada no antigo MTE em 17/05/2022 com vigência entre 01/05/2022 a 30/04/2023 (Documento SEI nº 0668121). Os postos de trabalho regidos por esta CCT, conforme Cláusula Segunda, são: **Eletricista, Bombeiro Hidráulico, Marceneiro, Serralheiro, Pintor, Pedreiro, Chaveiro-Vidrceiro e Ajudante-Servente**. O posto de **Encarregado de Elétrica** tem seu salário base regulado por livre negociação (Documento SEI nº 0547789) e os demais benefícios são os regulados na CCT firmada entre o STICOMBE e o SINDUSCON.
- 26.2.2. Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2023 DF 352/2021 (Documento SEI nº 0547764) firmada entre o Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal e o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Civil do DF (SENGE x SINDUSCON), registrada no MTE em 17/06/2021 com vigência entre 01/05/2021 a 30/04/2023, combinada com a Resolução CONFEA nº 397, de 11 de agosto de 1995 (Documento SEI nº 0347821). Os postos de trabalho regidos por esta CCT, conforme Cláusula Segunda, são: **Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Eletricista e Projetistas de nível superior**.
- 26.2.3. Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 DF 848/2021 (Documento SEI nº 0547770) firmada entre o Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal (SIARQ - DF) e o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAECO) registrada no antigo MTE em 13/12/2021 com vigência entre 01/05/2021 a 30/04/2022, combinada com a Resolução CAU nº 150, de 22/09/2017 (Documento SEI nº 0347824), para o posto de **Arquiteto**, conforme Cláusula Terceira da CCT.
- 26.2.4. Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2023 DF 602/2021 (Documento SEI nº 0550212) firmada entre Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAECO) e o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal (SINTEC-DF) registrada no antigo MTE em 10/09/2021 com vigência entre 01/05/2021 a 30/04/2023 para o posto de **Projetista**.
- 26.2.5. Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 DF 435/2022 (Documento SEI nº 0668213) firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) e o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal (SINTEC-DF), registrada no antigo MTE em 21/07/2022 com vigência entre 01/05/2022 e 30/04/2023 para os postos de **Encarregado Geral, Técnico em Refrigeração e Técnico em Redes**, conforme Cláusula Segunda da CCT.
- 26.3. Na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços há a participação dos custos com vale transporte e vale alimentação (definidos nas Convenções Coletivas respectivas) e custos de uniformes. O custo diário adotado do vale transporte foi R\$ 11,00, em virtude de as passagens de metrô/longas/integração atualmente vigentes no Distrito Federal serem de R\$ 5,50, conforme Documento SEI nº 0547776.
- 26.4. Na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços é obrigatória a participação dos índices de insalubridade e de periculosidade, conforme o caso, amparado em laudos técnicos elaborados por médico do trabalho da Contratante, conforme percentuais presentes na planilha.
- 26.5. As ferramentas listadas na aba "Ferramentas" da Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços deve ser tida como o mínimo a ser fornecido, devendo a Contratada fornecer todas as ferramentas necessárias à perfeita prestação dos serviços no âmbito do contrato, sem custos adicionais à Contratante.
- 26.6. Adicionalmente, para a composição do BDI para os postos de serviço, foram adotados os percentuais de 3,00% para a Administração Central, 2,50% para os Riscos e Despesa Financeira, 0,80% para Garantia e Seguros, 6,16% para o Lucro e 10,15% para os Tributos (0,65% para PIS, 3% para Cofins, 2% para ISS e 4,5% para a CPRB). Para o BDI dos materiais, foram adotados os percentuais de 1,50% para a Administração Central, 1,70% para os Riscos e Despesa Financeira, 0,48% para Garantia e Seguros, 3,50% para o Lucro e 8,15% para os Tributos (0,65% para PIS, 3% para Cofins e 4,5% para a CPRB).
- 26.7. Os materiais a serem fornecidos ao longo da execução contratual tiveram seus custos estimados pela referência do SINAPI de junho de 2022. Os materiais de pesquisa de mercado foram precificados de acordo com a IN nº 73/2020.

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 27.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 27.1.1. Gestão/Unidade: a ser indicada no Edital;
- 27.1.2. Fonte de Recursos: a ser indicada no Edital;
- 27.1.3. Programa de Trabalho: a ser indicado no Edital;
- 27.1.4. Elemento de Despesa: a ser indicado no Edital;
- 27.1.5. Plano Interno: a ser indicado no Edital.

28. ANEXOS

- 28.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 28.1.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (Documento SEI nº 0668097).
- 28.1.2. Anexo II - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (Documento SEI nº 0668104).
- 28.1.3. Anexo III - Convenções Coletivas de Trabalho utilizadas para composição dos custos dos postos de serviço (Documentos SEI nº 0668121, 0547764, 0547770, 0550212 e 0668213).
- 28.1.4. Anexo IV - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços (Documento SEI nº 0685656).
- 28.1.5. Anexo V - Instrumento de Medição de Resultados (Documento SEI nº 0543818).
- 28.1.6. Anexo VI - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Documento SEI nº 0543813).
- 28.1.7. Anexo VII - Declaração de Vistoria/Não Vistoria (Documento SEI nº 0544085).
- 28.1.8. Anexo VIII - Termo de Ciência de Sigilo (Documento SEI nº 0549239).
- 28.1.9. Anexo IX - Rotinas mínimas de manutenção preventiva (Documentos SEI nº 0675245).
- 28.1.10. Anexo X - Modelo de declaração de instalação/manutenção de escritório (Documento SEI nº 0685653).



Documento assinado eletronicamente por **ALAN BARBOSA COSTA, Oficial Técnico de Inteligência**, em 25/08/2022, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO SILVA MIRANDA, Coordenador(a) de Engenharia e Obras**, em 25/08/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0685642** e o código CRC **C4A2FE1F**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Comuns de Engenharia
Atualização: Setembro/2021

Referência: Processo nº 00091.002157/2022-11

SEI nº 0685642

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -